

Sumário

Agradecimentos por Gina Ribeiro Gonçalves Muniz	9
Agradecimentos por Rodrigo Faucz.....	11
Nota dos autores.....	13
Apresentação por Daniel Avelar	15
Prefácio por Rosmar Rodrigues Alencar	21

PARTE I SISTEMA DE NULIDADES NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO

CAPÍTULO 1 - ATIPICIDADES DOS ATOS PROCESSUAIS PENAIS	33
1. Formalidades processuais não são dispensáveis	35
2. Natureza jurídica da nulidade <i>lato sensu</i>	39
CAPÍTULO 2 - CLASSIFICAÇÃO DAS ATIPICIDADES	43
1. Inexistência	45
2. Nulidades <i>stricto sensu</i> : nulidade absoluta e nulidade relativa.....	46
2.1. Lentes civilistas para a categorização das nulidades <i>stricto sensu</i> : solução ou problema?	47
2.2. Em busca de um conceito de nulidade (<i>stricto sensu</i>) à luz da principiologia do processo penal	49
2.2.1. Nulidade absoluta	49
2.2.2. Nulidade relativa	53
3. Irregularidade	54

CAPÍTULO 3 - EFEITOS DECORRENTES DO RECONHECIMENTO DAS ATÍPICIDADES	57
1. Efeitos gerais.....	57
1.1. Invalidação	58
1.2. Convalidação	58
1.3. Saneamento.....	59
2. Efeitos colaterais.....	60
2.1. Modulação de efeitos.....	60
2.2. Inadmissibilidade e desentranhamento das provas ilícitas.....	61
3. Regras de calibração	64
CAPÍTULO 4 - ELASTICIDADE TEMPORAL DO SISTEMA DE NULIDADES	67
CAPÍTULO 5 - PRINCÍPIOS APLICÁVEIS AO SISTEMA DE NULIDADES	75
1. Princípio do prejuízo.....	75
2. Princípio do interesse	78
3. Princípio da instrumentalidade das formas	82
4. Princípio do confinamento	88
5. Princípio da consequencialidade, concatenação ou interdependência	91
6. Princípio da inutilização do ato processual nulo.....	92
7. Princípio da escusa absolutória	92

PARTE II

NULIDADES NA PRIMEIRA FASE DO PROCEDIMENTO DO JÚRI

CAPÍTULO 1 - ENTRE HEURÍSTICAS DEMOCRÁTICAS E VIESES AUTORITÁRIOS	97
CAPÍTULO 2 - AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA NOS CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA	105
1. Ausência ou retardamento da audiência de custódia.....	107
2. Tortura e ilicitude da prisão em flagrante	111

3.	Prisão preventiva “obrigatória” para os crimes de homicídio e feminicídio.....	116
4.	Conversão de ofício da prisão em flagrante em prisão preventiva	122
CAPÍTULO 3 - INQUÉRITO POLICIAL NOS CASOS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA		129
1.	Ausência do exame de corpo de delito	131
2.	Acesso da defesa aos autos de investigação	132
3.	Respeito à vontade do acusado.....	133
3.1.	Aviso de Miranda	134
3.2.	Direito ao silêncio.....	138
3.3.	Confissão extrajudicial.....	138
4.	Acesso ao celular do acusado.....	142
5.	Reconhecimento do réu.....	147
CAPÍTULO 4 - NULIDADES INICIAIS		155
1.	Recebimento da peça acusatória	155
2.	Citação do acusado	159
3.	Resposta à acusação	160
3.1.	Preclusão da apresentação do rol de testemunhas	161
4.	Retratação judicial acerca do recebimento da denúncia	165
CAPÍTULO 5 - NULIDADES NA INSTRUÇÃO DA PRIMEIRA FASE		167
1.	Audiência de instrução probatória.....	167
2.	Oitiva das testemunhas	167
2.1.	Leitura de depoimentos da investigação	167
2.2.	Reconhecimento do réu em audiência de instrução	170
2.3.	Referência à vivência sexual pregressa da vítima ou ao seu modo de vida	173
3.	Protagonismo judicial durante a inquirição	175
4.	A retirada do acusado da sala de audiência	179
5.	Interrogatório do réu	180

5.1.	Direito ao silêncio e aviso de Miranda	180
5.1.1.	Interrogatório como último ato da instrução	182
6.	Alegações finais	185
6.1.	Indispensabilidade das alegações finais.....	185
7.	Tese da legítima defesa da honra (ADPF nº 779)	186
CAPÍTULO 6 - NULIDADES NA DECISÃO DE PRONÚNCIA		191
1.	Certeza da materialidade e indícios de autoria	191
2.	Excesso de linguagem na decisão de pronúncia.....	193
3.	Exclusão de qualificadoras manifestamente improcedentes	196
4.	Presunção de dolo na decisão de pronúncia	197
5.	Pronúncia embasada no princípio <i>“in dubio pro societate”</i>	198
6.	Pronúncia lastreada exclusivamente em elementos informativos....	201
7.	Pronúncia fundamentada exclusivamente em testemunho indireto....	202
8.	Pedido do Ministério Público de impronúncia ou absolvição	206
9.	Prisão decorrente da decisão de pronúncia	209
10.	Intimação da decisão de pronúncia.....	210
11.	Preclusão da decisão de pronúncia e convalidação das nulidades relativas.....	211
12.	Prazo para encerramento do sumário da culpa	213

PARTE III **NULIDADES NA SEGUNDA FASE DO PROCEDIMENTO DO JÚRI**

CAPÍTULO 1 - NULIDADES NA PREPARAÇÃO DO JULGAMENTO		219
1.	Falta de oitiva prévia da defesa técnica acerca do desaforamento do processo do júri.....	219
1.1.	Lista geral de jurados	220
1.2.	Prazo para juntada do rol de testemunhas.....	225
1.3.	Intimação da Defensoria Pública ou advocacia dativa	225

CAPÍTULO 2 - NULIDADES SOBRE AS AUSÊNCIAS NA SESSÃO	229
1. Ausência do Ministério Público.....	229
2. Ausência do assistente da acusação.....	230
2.1. Ausência do acusado	231
2.1.1. Ausência do acusado solto.....	231
2.1.2. Ausência do acusado preso.....	234
2.2. Ausência das testemunhas.....	235
 CAPÍTULO 3 - NULIDADES RELACIONADAS AOS JURADOS	239
1. Falta de quórum de, pelo menos, quinze jurados para a instalação da sessão	239
2. Vícios no sorteio dos jurados componentes do Conselho de Sentença.....	242
3. Incomunicabilidade dos jurados	244
 CAPÍTULO 4 - NULIDADES RELACIONADAS À APRESENTAÇÃO DO ACUSA- DO	247
1. Vedaçāo da apresentaçāo do réu com roupas civis.....	247
2. Uso de algemas em plenário	249
3. Acusado posicionado de maneira vexatória.....	250
4. Interrogatório por videoconferência	251
5. Distribuição cênica da sala de julgamento.....	256
 CAPÍTULO 5 - NULIDADES DA INSTRUÇÃO EM PLENÁRIO	259
1. Leitura de documentos em plenário.....	259
2. Exibição de trechos de audiência em plenário	265
3. Referência, como argumentos de autoridade, durante os debates...	266
3.1. Decisão de pronúncia ou decisões posteriores que julgaram admissível a acusação	266
3.2. Silêncio ou ausência do acusado	268
3.3. Uso de algemas	270
4. Art. 478 do CPP: rol taxativo ou exemplificativo?	271

5. Antecedentes do réu	272
6. Tese da legítima defesa da honra	274
7. Vivência sexual ou modo de vida da vítima nos casos de feminicí- dios	276
 CAPÍTULO 6 - QUESITAÇÃO E DEMAIS NULIDADES	277
1. Impugnação dos quesitos	277
2. Quesitos complexos	279
2.1. Ausência de quesito obrigatório	279
3. Correspondência entre quesitos e decisão de admissibilidade	280
4. Quesitos com respostas contraditórias	281
5. Quesitos sobre dolo eventual	282
6. Quesitos sobre minorantes e majorantes	285
7. Quesitos sobre qualificadoras	285
8. Atuação do juiz presidente durante a sessão plenária	288
9. Réu indefeso no plenário	292
 CAPÍTULO 7 - NULIDADES E A PRISÃO AUTOMÁTICA NO JÚRI	297
1. A (questionável) constitucionalidade do art. 492, Inc. I, “e”, do CPP	297
2. Nulidade enquanto fator impeditivo da execução provisória da pena (art. 492, §§ 3º, 4º e 5º, do CPP)	302
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	307